

---

**Subject:** FW: Política das Pescas

**From:** Narciso Miranda [mailto:geral@narcisomiranda.com]

**Sent:** Wednesday, June 17, 2009 5:48 PM

**To:** MARE CFP CONSULTATION

**Subject:** Política das Pescas

Exmos (as) Srs (as),

Tendo sido responsável durante mais de 25 anos pela condução política do Município de Matosinhos, onde se situa o mais importante porto pesqueiro de Portugal, e esperando retomar essas funções a curto prazo, não posso deixar de manifestar as minhas opiniões, numa altura em que a Comissão Europeia abriu a discussão sobre a reforma da PCP – Política Comum de Pescas.

A primeira observação é de profunda estranheza pela facto dos problemas detectados no sector das pescas logo no lançamento formal da PCP, em 1983, se manterem grosso modo os mesmos. Isto é, as muitas medidas adoptadas foram inconsequentes e pouco produtivas, apesar dos milhões de euros investidos e dos problemas sociais criados em muitas piscatórias tradicionais. Esta constatação representa uma derrota política para todos nós, que participamos na construção europeia de forma convicta!

Basta lembrar as medidas adoptadas com pompa e circunstância em 2002, depois da profunda revisão operada na PCP, visando resolver os seguintes problemas: Frota comunitária excessiva para os recursos disponíveis; inexistência de objectivos políticos comuns bem definidos; prioridade para acções de curto prazo; falta de poder para a desejada auto-regulação do sector; diminuição preocupante dos rendimentos de todos os sectores económicos envolvidos no sector; e, finalmente, falta de capacidade fiscalizadora, favorecendo os infractores. A verdade é que as medidas então tomadas se revelaram, como disse, insuficientes e volvidos quase dez anos, os problemas elencados mantêm-se ou agravaram-se, até por força da crise económica que vivemos, das alterações climáticas e do aumento brutal do custo dos combustíveis.

Face a este quadro, e não sendo um especialista no sector, mas conhecendo-o pelos contactos estreitos que sempre mantive com os “meus” pescadores, mestres e armadores, considero que vivemos um período crucial para atacar os problemas estruturais do sector. Assim, defendo que:

- 1- O estudo científico dos recursos disponíveis deve ser intensificado, para proteger os juvenis e garantir capacidade de reprodução das diferentes espécies;
- 2- As frotas devem ser renovadas, visando a sua especialização, aumentando a tecnologia e optando por motores mais económicos e ecológicos;
- 3- O modelo de quotas deve ser repensado, designadamente através dos chamados “direitos de pesca transaccionáveis”;
- 4- As OCM (Organizações Comuns de Mercadp) devem ser incentivadas, como forma de garantir os interesses de produtores e consumidores;
- 5- O apoio à aquacultura e piscicultura deve ser aumentado, com benefícios fiscais para todos os projectos que absorvam mão-de-obra do sector pesqueiro tradicional;
- 6- O esforço de fiscalização das normas e regulamentos deve ser incrementado, para que a credibilidade volte ao sector das pescas.

São estas, em resumo, as achegas que me senti obrigado a comunicar à vossa comissão, numa altura em que se discute a revisão da Política Comum de Pescas. É apenas um contributo singelo de quem continua a considerar que o sector produtivo das pescas não pode ser transformado em mais um sector subsidio-dependente de Bruxelas!

Melhores cumprimentos

Narciso Miranda

18/06/2009